

FH pensa em criar Ministério do Desenvolvimento Social

Defesa seria outra novidade, unificando as pastas militares

Maria Lima

● BRASÍLIA. A criação de um ministério do Desenvolvimento Social, formado pelos órgãos responsáveis pelas áreas de habitação e saneamento, a serem desmembrados da pasta do Planejamento, é a principal novidade do projeto de reestruturação ministerial que vem sendo discutido pela equipe que elabora o programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo os coordenadores do programa para um possível segundo mandato, a prioridade será a área social, o que inclui o combate à miséria e a melhoria da qualidade de vida da população carente. Por isso, a criação de um ministério especial para cuidar do setor social. Uma outra proposta é a abertura dos setores de saneamento e habitação aos investimentos privados, estrangeiros.

Ministério do Planejamento fica com projetos macroeconômicos

Sem habitação e saneamento, o Ministério do Planejamento cuidará dos projetos macroeconômicos, das políticas de investimento e da aplicação do Orçamento-Geral da União. Outra idéia é a recriação de um superministério para a infra-estrutura, que englobará o que restar dos ministérios das Comunicações e Transportes e Energia, que vão ter sua estrutura reduzida devido à política de privatizações. No novo desenho também deixarão de existir os ministérios militares, que serão unificados no poderoso Ministério da Defesa, pasta que o Governo já decidiu criar.

A abertura dos setores de saneamento e habitação à entrada de investimentos privados, inclusive de capital estrangeiro, é um dos principais eixos do programa para um possível segundo mandato de Fernando Henrique. O coordenador do programa de Governo, professor Carlos Pacheco, informou ontem que, em vez de incluir a privatização da Petrobras ou do Banco do Brasil como metas para o segundo mandato, a novidade é a possibilidade de privatização das estaduais que cuidam dos serviços de saneamento, principalmente do abastecimento de água. À União caberia criar uma política nacional de saneamento e habitação, prevendo a criação de agências executivas estaduais e municipais que cuidariam da fiscalização das metas de universalização desses serviços.

Projeto de Serra cria condições para privatizar saneamento

O instrumento legal seria a aprovação de um projeto do então senador José Serra (PSDB-SP), em tramitação no Senado, que cria condições para a privatização do setor de saneamento. Na área de habitação, a novidade seria a criação de condições para que o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) se torne eficaz, com a atração de investimentos estrangeiros para financiar moradias para as classes média e alta, deixando os recursos públicos para o financiamento de moradias para a população carente.



FERNANDO HENRIQUE e Covas no encontro de ontem com empresários

— É preciso que a União tenha diretrizes claras de universalização desses serviços para regular as licitações nos estados e municípios — explicou Pacheco.

A política de incentivar investimentos privados em saneamento e habitação, segundo ele, responde à preocupação do Governo de criar empregos.

Fernando Henrique ao discursar ontem para mais de mil empresários do setor de construção civil e imóveis, deu uma demonstração de confiança em sua vitória no primeiro turno. Avisado, pelo presidente da Câmara, Mi-

chel Temer (PMDB-SP), de que só será possível votar a reforma tributária se for garantida a reeleição já no dia 4 de outubro, o presidente assumiu o compromisso de aprová-la até dezembro.

— Há pouco eu conversava com o deputado Michel Temer e direi de público o que ele me dizia: vamos fazer as reformas e é possível ainda este ano aprovar algumas delas, inclusive a reforma tributária. É só ter vontade, coragem e energia. O Congresso fará o que é vontade do povo — disse Fernando Henrique, demonstrando confiança. ■